

## Universidade

## NÃO EXISTE LIBERDADE NA USP

Por Guilherme Almeida

A idéia de autonomia na universidade foi atacada por diversos flancos nos últimos anos. A intervenção direta do governo do Estado na eleição de reitores nas três instituições de ensino superior pública de São Paulo (USP, UNESP e UNICAMP) por si só é um sintoma de que não existe liberdade nas esferas de gerência das mesmas. Isso reflete na comunidade acadêmica, nos funcionários (diretos e/ou terceirizados) e nos estudantes. É comum ver manifestações como protestos, assembléias, ocupações simbólicas e atos de movimentos sociais serem reprimidas pela PM, através da tropa de choque. Os próprios reitores convocam e apóiam essas medidas violentas de opressão do movimento estudantil.

A assinatura de um convênio entre a administração da USP e a Polícia Militar do estado de São Paulo com o intuito de “melhorar” a segurança no campus é o maior exemplo de perda de autonomia na universidade. Esse acordo surgiu depois do assassinato do estudante Felipe Ramos de Paiva em maio de 2011. O momento delicado e emotivo foi usado como pretexto para fixar a PM dentro da faculdade causando vários constrangimentos nos estudantes, através de revistas e patrulha comportamental. As estatísticas realmente mostram avanços no combate a furtos, mas o que os números oficiais da corporação não dizem é que a polícia coíbe manifestações pacíficas.

Depois que três estudantes flagrados portando maconha tiveram seus documentos confiscados irregularmente e se recusaram a ser tratados como traficantes, um grupo de colegas se solidarizou e enfrentou a PM. Ocorreram confrontos entre policiais e alunos, sempre com uso excessivo das “armas menos letais”, que levaram a ocupação do prédio da Faculdade de Ciências Sociais. No fim do embargo os três estudantes se apresentaram voluntariamente à delegacia e assinaram um termo circunstanciado pelo delito de porte de entorpecente.

Esse conflito foi o início do movimento de ocupação da reitoria por dezenas de estudantes que querem o fim do convênio com a PM a saída de João Grandino Rodas do cargo de reitor e mais uma série de mudanças estruturais na USP. No entanto, o movimento assustou a mídia reacionária que passou a fazer uma cobertura lamentável do caso. Manifestantes foram mostrados como terroristas e chamados de vagabundos. Isso sem contar que a maioria dos jornais sequer falava das pautas da ocupação, deixando a impressão que o protesto tinha como único objetivo o consumo livre de maconha no campus.

#### Repúdio à ação da PM na USP, pelo Departamento de Jornalismo da PUC-SP

“São Paulo, 12 de novembro de 2011

No dia 8 de novembro, o campus da USP

*A mega operação policial para a retirada dos manifestantes que ocupavam a reitoria da USP em novembro do ano passado expõe que militarização não é sinônimo de segurança*



Fotos: Stefano Biagioni Wroblewski

foi cenário de uma operação de guerra: 400 policiais da tropa de choque apoiados por dois helicópteros foram mobilizados para prender cerca de 150 estudantes que ocupavam a reitoria; 73 deles foram conduzidos ao 93º DP, de onde foram libertados após pagarem fiança. “A tropa foi vencedora. Todos os estudantes foram conduzidos à delegacia, sem que fosse necessário nem um disparo”, declarou o secretário de segurança pública Antônio Ferreira Pinto. Daí se depreende que os organizadores do ataque consideraram a hipótese de disparar. Só não aconteceu por não ter sido “necessário”.

Sequer à época da ditadura militar viu-se algo semelhante: a autonomia universitária, ou o que ainda restava dela, foi estuprada, atirada ao lixo pela polícia, com a participação ativa do magnífico reitor João Grandino Rodas. Se a USP foi de tal forma aviltada, o caminho está aberto para que qualquer outra universidade se veja, eventualmente, açoitada pela barbárie.

“Os tempos são outros. Não há como comparar a polícia atual com a que agia à época da ditadura. Antes, os estudantes lutavam pela liberdade; agora, são vagabundos que exigem o direito

de fumar maconha. Querem autonomia universitária para se colocar acima da lei”, argumentam os que apoiam a operação policial, contando com a ampla simpatia de uma mídia reacionária, vulgar, mal informada e falsificadora dos fatos.

A polícia brasileira atual é uma das mais violentas do planeta, segundo dados da ONU. Além disso, a tropa de choque não invadiu a USP para prender “maconheiros”, mas sim estudantes que exerciam o seu legítimo direito de ocupar a reitoria, em nome de objetivos políticos (no caso, tratava-se de exigir a retirada da PM do campus, e a eventual formação de uma guarda comunitária mais capacitada a exercer a vigilância).

Finalmente, o exercício da autonomia universitária não se confunde com a administração do campus. “Autonomia” é uma relação que a comunidade universitária estabelece com a sociedade, e pressupõe a liberdade total de crítica, de organização política e de mobilização de seus integrantes, em nome da preservação da memória histórica e social, e de um saber que não pode ser subordinado nem aos ditames de governos nem às exigências do mercado. A ocupação do campus por tropas é a exata negação da crítica e da liber-

dade. É o fim da universidade enquanto tal.

Ninguém afirmou que a comunidade universitária está acima da lei. Se há consumo de drogas no campus, isso tem que ser enfrentado com os instrumentos adequados. O uso da violência policial, comprovadamente, não é. “A polícia não reprime os grandes traficantes e adere ao truísmo bushiano-religioso de que sem consumo não haveria oferta. Assim, sai atrás dos maconheiros, e não dos traficantes. Um dos maiores traficantes do planeta, Juan Carlos Abadia, fixou residência e operou durante anos em São Paulo, sem ser molestado pela polícia paulista”, lembra o jurista Walter Maierovitch Mas é mais fácil, cômodo e, certamente, seguro prender jovens desarmados do que Juan Carlos Abadia, para não falar dos que de fato controlam as centenas de bilhões de dólares que o tráfico movimentam, em escala planetária.

Diante desses fatos, o Departamento de Jornalismo da PUC-SP se solidariza com a comunidade uspiana, em particular com os estudantes expostos à brutalidade da ação policial. Repudia a invasão da USP pela tropa de choque a pedido do reitor Rodas e se coloca em defesa da mais ampla e irrestrita autonomia universitária. Denuncia e deplora a “cobertura” dos eventos colocada em prática pelos grupos que exercem o monopólio da informação no Brasil, não por acaso os mesmos que, no passado, foram ativos colaboradores da ditadura militar.”

Em solidariedade aos manifestantes reprimidos e às pautas da ocupação desse grupo vários focos de greves internas na universidade engrossaram a luta. Professores, funcionários e estudantes das várias faculdades da USP, como a ECA e FFLCH, compram a briga contra a permanência da PM no campus e contra o magnífico reitor que é considerado “*persona non grata*” pela Congregação da Faculdade de Direito da USP. Até os estudantes e pesquisadores da pós-graduação que raramente se mobilizam conjuntamente redigiram esse documento:

“Nós, pesquisadores da Universidade de São Paulo auto-organizados, viemos, por meio desta nota, divulgar o nosso posicionamento frente à recente crise da USP.

Ao contrário do que tem sido propagandeado pela grande mídia, a crise da USP, que culminou com essa brutal ocupação militar, não tem relação direta com a defesa ou proibição do uso de drogas no campus. Na verdade, o que está em jogo é a incapacidade das autoritárias estruturas de poder da universidade de admitir conflitos e permitir a efetiva participação da comunidade acadêmica nas decisões fundamentais da instituição. Essas estruturas revelam a permanência na USP de dispositivos de poder forjados pela ditadura militar, entre os quais: a inexistência de eleições representativas para Reitor, a ingerência do Governo estadual

nesse processo de escolha e a não-revogação do anacrônico regimento disciplinar de 1972.

Valendo-se desta estrutura, o atual reitor, não por acaso laureado pela ditadura militar, João Grandino Rodas, nos diversos cargos que ocupou, tem adotado medidas violentas: processos administrativos contra estudantes e funcionários, revistas policiais infundadas e recorrentes nos corredores das unidades e centros acadêmicos, vigilância sobre participantes de manifestações e intimidação generalizada.

Este problema não é um privilégio da USP. Tirando proveito do sentimento geral de insegurança, cuidadosamente manipulado, o Governo do Estado cerceia direitos civis fundamentais de toda sociedade. Para tanto, vale-se da polícia militar, ela própria uma instituição incompatível com o Estado Democrático de Direito, como instrumento de repressão a movimentos sociais, aos moradores da periferia, às ocupações de moradias, aos trabalhadores informais, entre outros. Por tudo isso, nós, pesquisadores da Universidade de São Paulo, alunos de pós-graduação - Mestres e doutores, repudiamos o fato de que a polícia militar ocupe, ou melhor, invada os espaços da política, na Universidade e na sociedade como um todo.”

#### José Serra: *persona non grata*

A assembleia dos estudantes do Instituto de Economia da UNICAMP, realizada no dia 17/11/2011, deliberou que o ex-governador José Serra fosse declarado *persona non grata* deste Instituto.

Essa introdução resume um texto que mostra que José Serra vem tomando, desde seu primeiro mês de mandato como governador medidas, que tendem a fragilizar a autonomia das universidades públicas paulistas. Mesmo antes de tomar posse, Serra foi responsável pelo veto ao aumento do repasse do ICMS para as três universidades públicas paulistas (USP, UNICAMP e UNESP) e também para o Centro Paula Souza (responsável pelas faculdades tecnológicas e escolas técnicas), que iria de 9,57% para 10,43%. O ex-governador Cláudio Lembo consultou José Serra antes de tomar a medida.

Em 2007, já como governador, Serra criou a Secretaria do Ensino Superior e nomeou José Aristodemo Pinotti o qual, por decreto, passou a ser o novo presidente do Conselho dos Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo (CRUESP). Dessa forma, ficou reduzido o poder dos reitores no Conselho e as decisões referentes a repasses de verbas passaram a ser facilmente manipuladas; só no primeiro mês, a USP teve uma perda de R\$ 11,5 milhões, a UNESP recebeu apenas R\$ 2,4 milhões de R\$ 12,7 milhões e a UNICAMP recebeu R\$ 5,5 milhões a menos. Parte da autonomia no processo repasses de verbas foi devolvida em decorrência de uma grande greve nas universidades, que contou com ocupação de reitoria na USP.

Em janeiro de 2010, José Serra recebeu, em suas mãos, a lista tríplice da USP com os nomes dos três candidatos à reitoria que angariaram mais votos dentro da universidade – por tradição e bom senso, sempre foi nomeado o candidato mais votado como reitor tanto na USP, UNESP quanto na UNICAMP. O que sucedeu foi que o candidato mais votado foi preterido em favor de João Grandino Rodas, que deixou a diretoria da Faculdade de Direito da USP (FDUSP) para assumir a Reitoria.

Ações autoritárias foram comuns no mandato de Serra como governador do estado. Em 2009, por exemplo, ele enviou a tropa de choque da PM ao campus, durante o período de nego-



Fotos: Stefano Wroblewski



**Integrantes da Polícia Militar estavam sem identificação**

